



ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VELAS

**PLANIFICAÇÃO ANUAL
DIREITO
12ºANO DE ESCOLARIDADE**

**ANO LETIVO 2013/2014
PROFESSOR EDUARDO TERESO**

PRIMEIRO PERÍODO

Conteúdos Programáticos	Percurso de Aprendizagem	Objetivos de Aprendizagem	Estratégias / Atividades Recursos /Avaliação	Gestão
<p>Apresentação do programa e diagnóstico dos conhecimentos e competências</p> <p>1.1 A natureza social do Homem</p> <p>1.2 A necessidade da existência do Direito</p> <p>1.3 As diversas ordens sociais normativas</p>	<p>* Compreender a natureza social do Homem</p> <p>* Distinguir ordem social de ordem natural</p> <p>* Reconhecer a necessidade de existência do Direito</p> <p>* Conhecer as diversas ordens sociais normativas</p> <p>* Compreender as relações que se podem estabelecer entre as diversas ordens sociais normativas</p> <p>* Compreender as características das regras jurídicas</p> <p>* Compreender o Direito como</p>	<p>*Desenvolva competências no domínio da cidadania</p> <p>*Reflicta sobre a importância do direito à vida, à liberdade de expressão, igualdade, voto, educação e trabalho</p> <p>*Se consciencialize que a vida em sociedade só é possível devido às normas que pautam a conduta dos seres humanos.</p> <p>*Sensibilizar-se para a necessidade que o Direito tem de acompanhar a evolução social.</p> <p>*Problematize a utilização das expressões “Direitos do Homem” e “Direitos Humanos”</p>	<p>* Diálogo orientado professor/ aluno, aluno/aluno</p> <p>* Apresentação de exemplos para distinguir fenómenos sociais de naturais</p> <p>* Leitura e comentário de textos</p> <p>* Análise de situações da vida social que evidenciam que não é possível conviver sem a existência de regras jurídicas</p> <p>* Exemplificar através de casos concretos da vida social as relações que se podem estabelecer entre as diversas ordens normativas</p> <p>* Análise de artigos do Código Civil, adequados para compreender as características das regras jurídicas, por exemplo arts 438º, 484º e 1323º.</p> <p>* Trabalho de grupo ou</p>	<p>6 Blocos de 90 min.</p>

<p>1.4 O Direito como produto cultural.</p> <p>1.5 O Direito e a evolução social</p> <p>2.1 Noção de personalidade jurídica</p> <p>2.2 Direito Constitucional</p> <p>2.3 Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias</p>	<p>produto cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> * Distinguir o Direito objectivo do Direito subjectivo * Reconhecer a justiça e a segurança como valores fundamentais do Direito * Compreender a relevância da equidade na ordem jurídica portuguesa * Relacionar Direito com evolução social * Compreender que a pessoa é o fundamento e o fim da ordem jurídica * Distinguir personalidade jurídica de capacidade jurídica * Compreender a importância dos direitos de personalidade * Conhecer alguns direitos civis e políticos * Conhecer alguns direitos económicos e sociais * Compreender a relevância do Direito constitucional * Compreender a importância da CRP, no sistema jurídico português * Compreender a importância dos direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias * Distinguir Direitos Humanos de direitos fundamentais * Conhecer as diferentes gerações dos 		<p>individual</p> <ul style="list-style-type: none"> * Recolha/Tratamento de informação diversa sobre o aparecimento dos novos ramos do Direito * Apresentação pelo(s)aluno(s) à turma dos trabalhos realizados * Resolução de uma ficha de trabalho * Diálogo professor/aluno, aluno / aluno * Leitura e análise nomeadamente dos artºs 66º,67º, 68º,70º,157º,158º,e 160º do Código Civil e artº 12 da C.R.P. *Testes Sumativos * Análise da estrutura da C.R.P. * Leitura e comentário de textos * Análise de artigos da C.R.P. que consagram direitos fundamentais * Debate orientado sobre os 	<p>6 Blocos de 90 min.</p>
--	--	--	---	----------------------------

<p>2.4 A problemática dos Direitos Humanos</p> <p>1. Direito público e Direito privado</p> <p>2. Noção e elementos do Estado</p>	<p>Direitos do Homem</p> <ul style="list-style-type: none"> * Explicar a relevância que a Constituição da Republica confere aos Direitos do Homem * Analisar os mecanismos de defesa dos Direitos Humanos no mundo actual * Compreender a problemática dos direitos Humanos <p>* Distinguir Direito público de Direito privado</p> <ul style="list-style-type: none"> * Compreender a noção de Estado e respectivos elementos; comunidade, território, poder político * Identificar situações onde se verifica a inexistência de um ou mais desses elementos * Distinguir poder político de soberania 	<ul style="list-style-type: none"> *Capaz de reconhecer situações da vida real onde é aplicado o Direito Público e o Privado. *Se consciencialize da necessidade de conhecer os diversos órgãos de soberania e respectivas competências *Reflectir sobre as relações de interdependência entre os diversos órgãos de soberania; *Reconheça a importância da independência dos tribunais, como forma de salvaguardar os direitos dos cidadãos; 	<p>artigos analisados</p> <ul style="list-style-type: none"> * Enquadramento de alguns dos direitos fundamentais nas diferentes gerações dos Direitos Humanos * Análise dos principais organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos * Análise crítica dos critérios de distinção entre o Direito público e o Direito privado * Identificar situações concretas de conexão entre o Direito público e o Direito privado * Exemplificar situações em que é importante distinguir se a norma a aplicar é de Direito público ou de direito privado * Identificar os elementos do Estado na C.R.P., através da análise dos artigos 3º,4º e 5º. * Debate orientado, com recurso a exemplos, a que se verifique a inexistência de um ou mais dos elementos do Estado * Analise comentada de um texto sobre os Estados não soberanos * Pesquisa histórica sobre a 	<p>11 Blocos de 90 min.</p>
---	---	---	---	-----------------------------

<p>3. Poderes e funções do Estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Caracterizar e distinguir as diferentes funções do Estado: política, legislativa, administrativa e judicial * Articular as funções com os órgãos do Estado 	<p>*Reconheça o papel do Estado Social de Direito na promoção de desenvolvimento económico e social e na satisfação das necessidades colectivas.</p>	<p>matéria</p> <ul style="list-style-type: none"> * Ficha de trabalho * Exposição oral com recurso a exemplos para caracterização e enquadramento das diversas funções dos órgãos do Estado * Análise de um texto pertinente 	
<p>4. Órgãos de soberania</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Compreender a importância dos órgãos de soberania em Portugal * Identificar os diversos órgãos de soberania e respectiva composição e funções * Articular o funcionamento dos diversos órgãos de soberania 		<ul style="list-style-type: none"> * Análise dos preceitos constitucionais referentes à composição e função dos diferentes órgãos de soberania * Demonstrar através da análise de artigos da C.R.P. que os poderes são interdependentes (principalmente o poder governativo e o poder legislativo) * Análise de textos relacionados com esta temática * Resolução de uma ficha de trabalho 	
<p>5. Do Estado de direito ao Estado social de direito</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Analisar a evolução histórica, social e jurídica do Estado de direito * Identificar as características essenciais de um Estado de direito 		<ul style="list-style-type: none"> * Leitura e análise de textos doutrinários e legislativos sobre as diferenças entre Estado Liberal de Direito, Estado social de direito e Estado de direito democrático * Análise do artº 2º da C.R,P. * Debate orientado com recurso a exemplos de notícias de violação dos direitos dos cidadãos em Estados reconhecidos como Estados de direito 	

SEGUNDO PERÍODO

Conteúdos Programáticos	Percurso de Aprendizagem	Objetivos de Aprendizagem	Estratégias / Atividades Recursos /Avaliação	Gestão
<p>1.1 As relações internacionais</p>	<p>*Compreender a noção de comunidade internacional *Compreender que a interdependência entre os países dá origem à intensificação das relações internacionais e crescente globalização do mundo actual *Reflectir sobre os benefícios e perigos da globalização (poderes e lobbies económicos e financeiros à escala mundial) *Justificar os fortes mecanismos de coesão interna que o Estado tem de criar para gerir todos os interesses em causa, sem necessidade de se fechar sobre si próprio ou cair num nacionalismo xenófobo</p>	<p>*Se consciencialize que a interdependência entre os Estados no mundo actual é uma realidade cada vez mais premente; *Reconheça o contributo do Direito Internacional e das Organizações Internacionais na resolução dos conflitos mundiais; *Se consciencialize das consequências da integração de Portugal na União Europeia;</p>	<p>*Analise critica de textos e notícias dos media sobre a problemática da comunidade internacional/relações internacionais *Debate orientado com recurso a exemplos da realidade portuguesa sobre o tema em questão *Analise de textos adequados sobre a globalização *Ilustrar com exemplos actuais retirados dos media sobre a realidade mundial</p>	<p>4 Blocos de 90 min.</p>
<p>1.2 O Direito internacional</p>	<p>*Compreender a noção de Direito, relacionando-a com a de Direito Interno, próprio de cada ordem jurídica *Compreender a relevância dos ramos do Direito Destacar as especificidades do Direito interno público *Distinguir Direito Interno de Direito interno público *Identificar as fontes do Direito internacional público</p>	<p>*Reconheça a importância da cidadania europeia relacionando-a com aspectos práticos; *Reflecta sobre as relações que se estabelecem entre o Direito Comunitário com o Direito Interno Português.</p>	<p>*Recurso a exemplos para melhor compreensão dos conceitos *Análise do artigo 38º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, que refere as fontes do Direito internacional público *Análise de algumas normas da Carta das Nações Unidas, do Tratado de Roma, do Tratado de Maastricht ou de outras organizações internacionais *Análise e discussão do conteúdo do</p>	

<p>1.1 A Lei</p> <p>1.1.1 Os vários sentidos da Lei</p> <p>1.1.2 O processo de elaboração das Leis</p>	<p>artº8º, da C.R.P., no que se refere às relações entre o Direito comunitário e o Direito português</p> <p>*Compreender o conceito de « fontes do Direito »</p> <p>*Compreender as fontes do Direito no sistema jurídico português</p> <p>*Dar uma noção de lei</p> <p>*Compreender a importância da Lei como fonte privilegiada do Direito</p> <p>*Relacionar o Direito substantivo com o Direito adjectivo</p> <p>*Distinguir: -Lei em sentido amplo, de Lei em sentido restrito -Lei em sentido material, de Lei em sentido formal -Lei constitucional, de Lei ordinária</p> <p>*Analisar as principais fases do processo de elaboração das Leis</p> <p>*Compreender a necessidade de vacatio legis</p> <p>*Distinguir revogação de</p>	<p>*Se consciencialize do funcionamento do sistema jurídico;</p> <p>*Sensibilizar-se para a necessidade que o Direito tem de acompanhar a evolução social;</p> <p>*Se consciencialize do papel da sociedade civil na defesa dos Direitos Humanos;</p> <p>*Desenvolva acções de sensibilização sobre a temática dos Direitos Humanos;</p> <p>*Se consciencialize dos mecanismos a que pode recorrer para se defender contra actos da Administração Pública;</p> <p>*Desenvolva competências no domínio</p>	<p>relações entre o Direito comunitário e o Direito português.</p> <p>*Exposição oral com recurso a exemplos elucidativos sobre como nascem, se formam e revelam as normas jurídicas</p> <p>*Análise de situações da vida real, como conflitos familiares, arrendamentos, acidentes de viação ou questões laborais</p> <p>*Realização de uma ficha de trabalho formativa</p> <p>*Análise de textos de Leis, decretos-leis, portarias e circulares para ilustrar esta matéria</p> <p>*Debate orientado para consolidação de conceitos</p> <p>* Utilização de um esquema sobre o processo legislativo comum</p> <p>*Análise do artº6º do Código Civil</p> <p>*Recurso a textos legais, para</p>	<p>8 Blocos de 90 min.</p>
---	---	---	---	----------------------------

<p>1.1.3. O início e o termo de vigência da Lei</p>	<p>caducidade</p>	<p>do exercício da cidadania.</p>	<p>exemplificar situações de vacatio legis *Análise do artº7º do Código Civil *Recurso a textos legais para exemplificar situações de revogação e caducidade</p>	
<p>1.1.4 A hierarquia das Leis</p>	<p>*Estabelecer a hierarquia das Leis *Enquadrar os regulamentos e directivas enquanto Direito comunitário derivado na posição hierárquica correspondente (convenções internacionais)</p>		<p>*Utilização de um esquema para melhor visualizar a hierarquia das Leis *Recurso a textos Legais, tais como leis, portarias, regulamentos, etc...para evidenciar esta hierarquia *Realização de trabalho de grupo ou individual</p>	
<p>1.2 O costume</p>	<p>*Compreender a importância histórica do Direito consuetudinário *Distinguir uso de costume *Referir a relevância que o costume internacional assume como fonte do Direito internacional público</p>		<p>*Análise crítica de textos sobre esta temática *Análise dos artº 3º e 348º do Código Civil *Relembrar as fontes do Direito internacional *Debate orientado sobre as vantagens recíprocas da Lei e do costume</p>	
<p>1.3 A jurisprudência</p>	<p>*Analisar o conceito de jurisprudência e a sua relevância jurídica *Distinguir as diferentes decisões dos tribunais: -Despachos -Sentenças -Acórdãos</p>		<p>*Exposição oral com recurso a exemplos como nos casos inglês e americano, diferente do que se passa entre nós *Análise do artº 8 ºdo Código Civil *Análise do artº 156º do Código Processo Civil *Realização de uma visita de estudo a um tribunal, com assistência a uma</p>	

<p>1.4 A doutrina</p>	<p>*Compreender a importância da doutrina na prática jurídica *Esclarecer que a doutrina é fonte mediata do Direito</p>		<p>audiência e julgamento *Leitura de algumas decisões dos tribunais *Análise dos artº676º, 677º, 678º e 732-A do Código de Processo Civil para compreensão de todo este mecanismo jurídico. *Exposição oral, inferindo através de exemplos adequados que a jurisprudência é fonte mediata do Direito *Exposição oral, com recurso a exemplos, nomeadamente históricos *Referência ao facto de os estudos, opiniões e pareceres de eminentes juristas poderem influenciar a ordem jurídica vigente *Realização de trabalhos de grupo ou individuais</p>	
<p>1.5 Os tratados internacionais</p>	<p>Referir a noção de tratado internacional *Analisar o valor dos tratados internacionais como fonte do Direito internacional, na ordem jurídica portuguesa, nomeadamente na C.R.P.</p>		<p>*Exposição oral com exemplificação de tratados celebrados com o nosso país *Análise do artº.38º do Estatuto do Tribunal Internacional e do artº 8º da C.R.P.</p>	
<p>2.1 O controlo da legalidade</p>	<p>*Analisar a problemática do controlo da legalidade *Compreender a relevância do princípio da legalidade nas relações entre a administração e os cidadãos em geral</p> <p>*Relacionar o princípio da legalidade com os Direitos Fundamentais dos cidadãos</p>		<p>*Análise das normas de alguns códigos, nomeadamente, do Código de Procedimento Administrativo, para compreensão desta problemática *Análise dos artº 266º, e seguintes da C.R.P. e do artº 3º do C.P.A.</p>	<p>5 Blocos de 90 min.</p>

<p>2.1.1 Legalidade e Direitos Fundamentais</p> <p>2.2 Mecanismos de defesa dos cidadãos perante a Administração Pública</p> <p>*A problemática da inconstitucionalidade</p> <p>*A fiscalização da inconstitucionalidade</p>	<p>*Destacar a importância que assumem a reclamação o recurso hierárquico e o recurso contencioso como formas de o cidadão se defender contra actos da Administração</p> <p>*Compreender a relevância que o controlo da legalidade assume nesta problemática</p> <p>*Distinguir os vários tipos de inconstitucionalidade</p> <p>*Distinguir as várias formas de fiscalização da inconstitucionalidade</p> <p>*Destacar o papel do Tribunal Constitucional na declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade</p> <p>*Referência às entidades que podem requerer a inconstitucionalidade ou a ilegalidade</p> <p>*Explicar o conceito da relação jurídica</p>		<p>*Análise de textos relacionados com esta temática</p> <p>*Realização de uma ficha de trabalho formativa</p> <p>*Análise dos artº 158º e seguintes do C.P.A</p> <p>*Leitura comentada de uma reclamação, de um recurso hierárquico e de um recurso contencioso, como forma de consciencializar os alunos para a importância destes mecanismos</p> <p>*Análise dos vários art 277º e 283º da C.R.P.</p> <p>*Recurso a exemplos elucidativos</p> <p>*Análise dos artº 204º,223º,278º,280º,281º da C.R.P.</p> <p>*Recurso a exemplos elucidativos</p> <p>*Diálogo professor/aluno, aluno/professor</p>	
--	--	--	---	--

<p>1.1 Noção de relação jurídica</p>	<p>*Dar uma noção de Direito subjectivo</p>	<p>*Se consciencialize de que a maioria das relações sociais que estabelece no seu dia a dia são tuteladas pelo Direito, isto é, são relações jurídicas;</p>	<p>*Exposição oral com recurso a exemplos práticos entre vendedor e comprador, depositante e depositário, senhorio e inquilino *Apresentação de casos práticos para discussão</p>	<p>2 Blocos de 90 min.</p>
<p>1.2 Direito subjectivo e dever jurídico</p>	<p>*Distinguir Direitos subjectivos propriamente ditos de Direitos potestativos *Distinguir dever jurídico de sujeição *Referir outras classificações dos Direitos subjectivos</p>	<p>*Reconheça que os sujeitos da relação jurídica podem ser titulares de Direitos subjectivos propriamente ditos e/ou de Direitos potestativos;</p>	<p>*Salientar que a existência de direitos subjectivos pressupõe a existência do Direito objectivo *Analisar as duas principais teorias explicativas da natureza do Direito subjectivo *Realização de uma ficha de trabalho formativa</p>	<p></p>
<p>1.3 Direito potestativo e sujeição</p>	<p>*Identificar os elementos da relação jurídica</p>	<p>*Reflecta sobre a sua capacidade de exercício de direitos;</p>	<p>*Análise de textos com exemplos elucidativos destes conceitos *Análise de alguns artigos do Código Civil relacionados com a matéria</p>	<p></p>
<p>2. Elementos da relação jurídica</p>	<p>*Caracterizar o sujeito activo e o sujeito passivo *Relacionar personalidade jurídica com capacidade jurídica *Distinguir capacidade jurídica (ou de gozo) de capacidade de</p>	<p>*Se consciencialize das situações da vida social que se podem traduzir na prática de actos jurídicos ilícitos;</p> <p>*Se consciencialize de que a validade dos negócios jurídicos está dependente da existência de determinados</p>	<p>*Recurso a exemplos práticos para ilustrar essa matéria *Destacar que todo o sujeito de direitos é pessoa em sentido jurídico</p>	<p>6 Blocos de 90 min.</p>

<p>2.1 Os sujeitos</p>	<p>exercícios de direitos</p> <p>*Identificar as principais situações de incapacidade *Conhecer as diferentes formas de suprimimento das incapacidades</p>	<p>elementos;</p> <p>*desenvolva competências no domínio do exercício da cidadania;</p>	<p>*Relembrar o conceito de personalidade jurídica *Relembrar alguns dos principais direitos de personalidade através da análise dos artº 70º,72º,79º, e 80º do Código Civil *Análise dos artigos 66º e 67º do Código Civil *Análise comentada dos artº 130º e 133º do Código Civil</p>	
<p>2.2 O objecto</p>	<p>*Dar uma noção de objecto *Distinguir objecto imediato de mediato</p> <p>*Conhecer os possíveis objectos da relação jurídica e sua relevância</p>		<p>*Salientar a importância das formas de suprimimentos de incapacidade *Análise e comentário dos artº 122º,123º,124º,125º,127º,129º,138º, 139º,141º,148º, e 152º, a 155º do Código Civil</p>	
<p>2.3 O facto jurídico</p>	<p>*Compreender que nem todos os factos são juridicamente relevantes *Reconhecer que todo o facto jurídico produz efeitos jurídicos *Distinguir facto jurídico voluntário de facto jurídico involuntário *Exemplificar actos jurídicos lícitos e ilícitos</p> <p>*Distinguir negócio jurídico de</p>		<p>*Apresentação de casos práticos e hipóteses para resolução *Análise de textos e recurso a exemplos práticos *Análise dos artº 1878º,1935º,762º, 202º,856º, e seguintes do Código Civil</p> <p>*Recurso a exemplos práticos elucidativos das várias classificações dos factos jurídicos, com a participação activa dos alunos nessa exemplificação *Fazer referência às graves consequências jurídicas da prática de actos ilícitos através de um debate orientado</p>	

TERCEIRO PERÍODO

Conteúdos Programáticos	Percurso de Aprendizagem	Objetivos de Aprendizagem	Estratégias / Atividades Recursos /Avaliação	Gestão
<p>1. A prática jurídica e a aplicação do Direito</p>	<p>*Compreender o papel dos tribunais como órgãos de soberania no exercício da função jurisdicional do Estado</p> <p>*Identificar as várias categorias de tribunais</p> <p>*Conhecer formas extrajudiciais de resolução de conflitos: -Acordos extrajudiciais -Tribunais arbitrais -Centros de arbitragem -Julgados de paz</p> <p>*Compreender as principais vantagens do recurso à arbitragem ou aos julgados de paz</p>	<p>*Se consciencialize da importância dos tribunais enquanto órgãos de soberania, com competência para exercer a função jurisdicional;</p> <p>*Reconheça que as formas extrajudiciais de resolução dos conflitos se revestem de particular relevância pela aproximação da justiça aos cidadãos;</p> <p>*Se consciencialize que o acesso ao Direito e aos Tribunais é um direito que assiste a todos os cidadãos;</p> <p>*Reflicta sobre todas as implicações sociais do acesso ao Direito;</p> <p>*Reconheça as condições que a lei exige para recorrer à protecção jurídica em caso de necessidade;</p>	<p>*Leitura e análise dos artº 202º e seguintes da C.R.P.</p> <p>*Relembrar que os órgãos de soberania devem observar a separação e interdependência de poderes estipulada no artº 111º, nº 1 da C.R.P.</p> <p>*Visitas de estudo a tribunais com assistência a audiências e julgamentos</p> <p>*Análise comentada de algumas sentenças e acordãos</p> <p>*Análise de alguns artigos da Lei nº31/36, de 29/08 e do Decreto-Lei nº425/86, de 27.12 que regulam a arbitragem, bem como a criação de centros de arbitragem</p> <p>*Análise de alguns artigos da Lei78/01, de 13/07, que regulam a competência, funcionamento e organização dos julgados de paz</p> <p>*Realização de trabalho de grupo ou individual</p>	<p>9 Blocos de 90 min.</p>
<p>2. Acesso ao Direito e aos tribunais</p>	<p>*Compreender o sentido social do acesso aos Direito</p>	<p>*Seja capaz de identificar situações da vida social</p>		

	<p>*Reconhecer que o acesso dos cidadãos ao Direito e aos tribunais é um requisito indispensável do Estado de Direito</p> <p>*Relacionar o acesso ao Direito a á justiça social</p> <p>*Identificar situações em que o Estado deve garantir o acesso ao Direito</p> <p>*Referir que o acesso ao Direito compreende a informação jurídica e a protecção jurídica</p> <p>*Distinguir as duas modalidades de protecção jurídica: consulta jurídica e apoio jurídico</p> <p>*Reconhecer a colaboração da Ordem dos Advogados no âmbito de protecção jurídica</p>	<p>que careçam da intervenção de profissionais das mais importantes profissões jurídicas;</p> <p>*Reconheça a importância das funções desenvolvidas por profissões próximas das jurídicas.</p>	<p>*Análise do artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, do artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e do artº2020º da C.R.P.</p> <p>*Recurso à simulação de situações concretas de acesso ao Direito e aos tribunais</p> <p>*Análise dos artº 2º e 19º do Decreto-Lei 47/07, de 28.08</p> <p>*Estabelecer contactos com entidades como o Ministério da Justiça, serviços de segurança social e Ordem dos Advogados para melhor compreensão deste processo</p> <p>*Preenchimento de um requerimento de pedido de apoio judiciário</p> <p>*Simulação de uma consulta jurídica</p> <p>*Análise de outros artigos do Decreto-Lei 47/07, de 28.08</p> <p>*Organização de um debate sobre alguns destes conteúdos</p> <p>*Realização de um trabalho de projecto em grupo ou individualmente</p>	
--	--	--	--	--

<p>3. As profissões jurídicas e parajurídicas</p>	<p>*Distinguir profissões jurídicas de parajurídicas</p> <p>*Identificar as profissões jurídicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Magistrados judiciais -Ministério Público -Advogado -Notário -Conservador -Solicitador <p>*Relacionar com as principais funções e deveres de cada profissão</p> <p>*Referir a informação científica prévia inerente a cada profissão</p> <p>*Identificar outras profissões próximas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Diplomata -Economista-jurista -Deputado -Governante -Autarca 		<p>*Leitura e análise de textos sobre a importância das profissões jurídicas e parajurídicas</p> <p>*Visitas de estudo, nomeadamente, a tribunais, escritórios de advogados, Ordem dos Advogados, conservatórias, cartórios, escritórios de solicitadores</p> <p>*Leitura e análise de peças processuais, actos de registo, certidões e escrituras públicas</p> <p>*Simulação de um julgamento servindo-se dos conhecimentos adquiridos no decurso da assistência a audiências e julgamentos e dos contactos estabelecidos com magistrados e advogados</p> <p>*Visitas de estudo a Câmaras Municipais e juntas de freguesia, estabelecendo contacto com algumas entidades que possam esclarecer as questões colocadas pelos alunos referentes, nomeadamente, às suas funções</p> <p>*Realização de trabalho de grupo ou individual</p>	
--	--	--	--	--